



ATA DA 365ª REUNIÃO ORDINÁRIA

2 No dia vinte e sete de abril de dois mil e doze, realizou-se a trigésima sexagésima quinta
3 reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEPRAM na Fundação Luiz
4 Eduardo Magalhães - Flem. Esteve presente Mariana Mascarenhas secretária executiva dos
5 Colegiados, presidente em exercício, representante da Secretaria do Meio Ambiente - Sema e
6 demais conselheiros Ailton Araujo - CTB, Ana Maria de Lima Santos - Seinfra, Ana Paula
7 Meira - Sedur, Emídio Souza - Papamel, Guilherme Moura - Faeb, Irundi Edelweiss - Ficb,
8 José Augusto Saraiva - Germen, José Roberto Celestino - Sinaenco, Josemário Martins -
9 STRI, Leila Oliveira - Abre, Luiz Galvão - Sindbrita, Reinaldo Dantas - Setur, Rubens
10 Sampaio - Gambá, Sergio Bastos - Sinpeq, Sueli Abad - Ascae. A conselheira Mariana
11 Mascarenhas cumprimentou a todos, como havia *quorum* regimental a sessão foi aberta;
12 constaram em pauta: a apresentação sobre Chamamento público para Projetos de Educação
13 Ambiental, Diretoria de Educação Ambiental - Dieas/Sema; demonstração do ambiente virtual
14 de aprendizagem da Sema referente a Educação a Distância e informação sobre o desempenho
15 nos cursos disponibilizados para os municípios, Diretoria de Estudos Avançados do Meio
16 Ambiente - Deama/Sema; relato de processos adiado, novos e GAC. Passou a palavra ao Sr.
17 Pedro Rocha representante da Coordenação de Gestão dos Fundos - Cogef da Sema; informou
18 que serão selecionados dois projetos de Educação Ambiental não formal, a ser apoiados por
19 recursos do Fundo de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos - FERFA, sob o critério de cinco
20 categorias, dos Biomas Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica e dois de Territórios de Identidade
21 da Chapada e Região Metropolitana de Salvador - RMS; registrou que a instituição do Fundo
22 precisou de algumas normas para regulamentação na Lei, bem como no Decreto e Regimento
23 Interno permitindo sua atuação; disse que o Edital foi feito em conjunto com a Diretoria de
24 Educação Ambiental - Dica desta Secretaria, atendendo uma demanda dessa diretoria e uma
25 diretriz da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - Ciea; considerando como
26 chamamento público uma forma mais adequada de acesso aos recursos do FERFA; destacou
27 que cabia ao Conselho de Administração e a esse Colegiado definir os critérios de aplicação a
28 partir do Plano Plurianual de Ação - PPA e a Lei Orçamentária. O Sr. Pedro Rocha respondeu
29 que o Edital terá como objetivo selecionar projetos que abordem o enfrentamento da questão
30 ambiental ou sua potencialidade em um dos Biomas ou da RMS; explicou que para cada uma
31 dessas categorias, devido à abrangência territorial estão associados os diversos municípios
32 compreendidos. O conselheiro Irundi Edelweiss fez algumas observações quanto à questão da
33 sustentabilidade e a auto-sustentabilidade; enfatizou que antes a preocupação com a questão
34 ambiental deve-se-ia ter um olhar para a dignidade humana. O conselheiro Josemário Martins
35 abordou e sugeriu elaborar um banco de dados dos projetos que não forem selecionados, para
36 que fosse estudada a forma de estimular a execução dos projetos, por meio de outros recursos,
37 além do Fundo, considerando a demanda de política do Estado. O Sr. Pedro Rocha argumentou
38 que a idéia inicial do Edital era conhecer as diversas experiências ainda não conhecidas, por
39 isso não foi pré-definido nenhuma limitação, diante da diversidade de compreensão e da
40 realidade do que era Educação Ambiental; disse que reconhecia que seria um momento de
41 aprendizagem, a demanda era maior do que as possibilidades colocadas; registrou que no dia 18
42 de maio, será realizado um debate com a presença a Diretora do Fundo Nacional de Meio
43 Ambiente para falar sobre estratégia de Fomento com a participação da Procuradoria Geral do
44 Estado - PGE e o Tribunal de Contas do Estado - TCE. Em seguida foi passada a palavra a Sra.
45 Kitty Tavares para apresentar o trabalho de Educação a Distância - EaD; fez uma apresentação
46 dos procedimentos para acessar a Plataforma do sistema que propõe funcionar de forma semi

Leila Oliveira

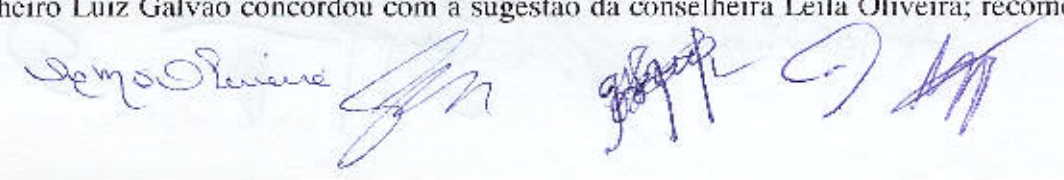
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

47 presencial e presencial; falou do papel e competência da Deama e sua função, fundamentos e
48 princípios da educação; disse que a idéia da plataforma era otimizar os processos de formação;
49 registrou que o objetivo era capacitar agentes públicos, técnicos ambientais, gestores com vistas
50 a ampliar a compreensão e o fortalecimento do Sistema Estadual do Meio Ambiente, visando a
51 consolidação Gestão Ambiental Compartilhada - GAC que envolve a responsabilização e o
52 apoderamento das três esferas de Governo; destacou que o grande desafio era a disciplina,
53 cumprir o cronograma do Curso e as seqüência das atividades; comentou sobre o ambiente
54 virtual e a experiência de aprendizagem; informou que 65 municípios participaram do curso e
55 63 concluíram; disse que para esse ano, já contava com 81 capacitando; destacou os dados
56 gerais e acompanhamento do Curso que tem como resultado a geração de relatórios dos
57 participantes. O conselheiro Almir Araujo perguntou qual o verdadeiro objetivo da qualificação
58 e formação a Distância e qual o tempo e horário disponível dentro de sua jornada de trabalho. O
59 conselheiro Emídio Souza sugeriu incluir a Universidade Estadual da Bahia - Uneb, Campos
60 Ipiatú, que tem o curso de EaD para que possa facilitar a participação dos municípios mais
61 próximos daquela região; lembrou do Prêmio Bahia Ambiental no intuito de estimular a
62 participação de municípios, empresas e sociedade; questionou se o Gestor referido a participar
63 desse curso se tratava do efetivo ou temporário; reivindicou a participação dos movimentos
64 sociais; retratou os prejuízos que os representantes da Sociedade Civil tiveram com a falta de
65 apoio às entidades sediadas no interior do Estado que possa garantir a participação de
66 Seminários, Congressos, Encontros. O conselheiro Reinaldo Dantas se comprometeu divulgar
67 no espaço do Jornal Eletrônico da Setur. A Sra. Kitty Tavares respondeu que a finalidade e o
68 foco seriam pra atender aos municípios considerando o Programa GAC, bem como os
69 Conselhos Municipais de Meio Ambiente; salientou que quanto à disponibilidade de utilização
70 do tempo deve existir uma flexibilidade de negociação entre as partes a partir do interesse de
71 cada um. O conselheiro Josemário Martins sugeriu utilizar esse sistema para capacitar as
72 pessoas para realidade de convivência com o semi-árido. A Sra. Kitty Tavares disse que a
73 sugestão do conselheiro Josemário Martins era bastante considerável, podendo utilizar não tão
74 somente a parceria da Seagri, sobretudo da Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia -
75 Emater-Ba, das Câmaras Técnicas dos Órgãos Federais, e montar uma proposta de Cursos com
76 apoio das Universidades. A conselheira Mariana Mascarenhas passou ao relato dos processos:
77 Processo Adiado nº 2008-017211/TEC/AIMU-1073 - Cargill Agrícola S/A, referente ao auto
78 de infração de multa sobre o transporte de madeira acima do valor lançado na nota fiscal, no
79 município de Barreiras, com pedido de redução do valor da multa, para que aplique o princípio
80 da proporcionalidade. O conselheiro Ailton Araujo relatou as mais recentes tramitações
81 constantes dos autos do processo; fez alguns destaques considerando inconsistentes as
82 justificativas apresentadas pela empresa; sugeriu a manutenção da multa. Foi passada a palavra
83 a Sra. Mariana Lisboa representante da empresa Cargill; comentou que discordava, em parte,
84 do parecer do relator; ratificou que a empresa recorreu para que essa multa fosse revista e
85 minorada, considerando a identificação de apenas 1.600 estércis de madeira de Lei e não 14
86 mil, após a apreensão. A Sra. Márcia Telles diretora de fiscalização e monitoramento do Inema
87 ratificou esclarecimentos de que não havia possibilidade do técnico, na época, aplicar um valor
88 menor de multa, considerando que a quantificação da madeira foi baseada no ato da apreensão,
89 assim como o fato da empresa adquirir madeira de Lei, algumas ameaçadas de extinção, para
90 utilização para fins energéticos. A conselheira Leila Oliveira fez comentários e destacou a
91 necessidade de chamar a atenção do Estado de pensar e planejar as Florestas; ressaltou que o
92 Conselho permitiu que a empresa pudesse valorar quantitativamente a madeira nobre
93 identificada; disse que após algumas informações do Inema a gravidade da infração e levando
94 em consideração o pedido de redução do valor, propôs considerar a gravidade do fato,
95 aplicação da multa, com algumas recomendações desse Conselho em relação ao controle de
96 florestas nativas, bem como a obrigatoriedade de apresentação do PSS da empresa para o
97 Estado, ou seja, manter a penalidade e estabelecer a redução para o valor de R\$ 200.000,00. O
98 conselheiro Luiz Galvão concordou com a sugestão da conselheira Leila Oliveira; recomendou

Emídio



99 que a empresa replantasse o dobro do montante das espécies identificadas de vegetação nativa
100 na região, atenuando ao não consumo dessas espécies, por parte da empresa. A conselheira
101 Mariana Mascarenhas colocou em votação o voto do relator. Foram nove votos favoráveis a
102 manutenção da multa e três votos favoráveis a redução da multa, conforme sugestões dos
103 conselheiros Leila Oliveira e Luiz Galvão. O conselheiro Emídio Souza registrou que a
104 reparação do dano ocorre independente do valor da multa. Passou ao Processo nº 2009-
105 00219/TEC/AIMU-0011 – Mineração Fazenda Brasileiro S/A, referente ao auto de infração de
106 multa sobre a liberação de efluentes líquidos em desacordo com os padrões estabelecidos na
107 Resolução Conama nº 357/2005, no município de Barrocas, conselheiro relator José Roberto
108 Celestino; fez alguns destaques referentes ao histórico do processo oriundos de denúncias com
109 relação à verificação quanto ao não cumprimento de condicionantes, poluição de lençol freático
110 e contaminação de água; destacou que a empresa apresentou defesa intempestiva; disse que
111 para este tipo de processo deve ser revisto o Decreto, considerando que não deveria ser
112 submetido ao Conselho, por se tratar de questões exclusivamente administrativas, constatando
113 manifestações jurídicas com a empresa que persiste em recorrer contra a penalidade imposta;
114 recomendou rever no Decreto o entendimento da inconstitucionalidade do pagamento dos 30%
115 do valor da penalidade; diante do exposto manteve o voto pela manutenção da multa. A Sra.
116 Márcia Telles esclareceu que a Lei dar direito a defesa e ao recurso do infrator; disse que a
117 diretoria de fiscalização adotou o não retorno a área técnica, por entender que só faz análise das
118 questões técnicas, entretanto era necessário submeter ao Jurídico para confirmação da
119 temporalidade da defesa. A sugestão do conselheiro Roberto Celestino seria o aperfeiçoamento
120 da matéria para evitar perda de tempo. A Sra. Márcia Telles disse que concordava que não
121 existiam subsídios suficientes para análise técnica. O conselheiro Rubens Sampaio pediu vistas
122 ao processo e foi concedida. Processo nº 2012-004116/TEC/AZUC-0001 - Avaliação do pedido
123 de revisão pontual do Zoneamento da Apa do Pratigi, para a implementação de um
124 empreendimento turístico hoteleiro, no município de Nilo Peçanha, conselheira relatora Sueli
125 Abad. A conselheira Mariana Mascarenhas informou que essa matéria foi pauta de discussão da
126 Câmara Técnica. A conselheira Sueli Abad consultou a plenária se poderia se pronunciar
127 quanto ao processo; justificou que não houve tempo hábil para preparar o parecer. O
128 conselheiro Reinaldo Dantas registrou que acompanhou a conselheira na visita técnica feita ao
129 local, e admitiu que a mesma tivesse bastante conhecimento do projeto proposto; disse que
130 participou do processo de construção de 10 Planos de Manejo de Apas pela Bahiatursa/Setur;
131 disse que sempre há imprecisões quando se trata de zoneamento por causa do diagnóstico. O
132 conselheiro Rubens Sampaio fez observações quanto aos procedimentos regimentais e
133 considerando que não houve conhecimento dos autos desse processo; sugeriu que fosse adiado.
134 A conselheira Sueli Abad registrou que esse processo já havia constado em pauta para
135 apreciação desse Conselho e foi aprovado, porém foi avocado e discutido na Câmara Técnica
136 de Biodiversidade por pedido de uma correção da área de zoneamento da APA devido a um
137 erro de mapeamento; disse que o empreendedor reconheceu o erro que foi dado como correto
138 no Plano de Manejo; registrou que de posse do relatório técnico apresentado pelo Inema,
139 necessitou de fazer uma visita técnica para maiores esclarecimentos e considerou muito
140 positiva; ressaltou que todas as suas constatações serão registradas no seu voto e encaminhadas
141 ao Conselho. O conselheiro Luiz Galvão registrou que participou de duas reuniões referentes a
142 essa matéria; endossou as informações da conselheira Sueli Abad; destacou o aspecto de se ter
143 um Plano de manejo do Zoneamento. O conselheiro Rubens Sampaio falou que considerava
144 esse processo como exceção em pauta, mas não seria necessário ser tratado como emergencial.
145 A conselheira Ana Maria ratificou que o processo passou pela análise da Câmara Técnica e foi
146 submetido ao Conselho, conforme procedimentos. A conselheira Mariana Mascarenhas
147 colocou em votação a permanência da apreciação do processo; foram nove votos favoráveis e
148 uma abstenção. A conselheira Sueli Abad registrou diante do exposto e declarou seu voto a
149 favor do re-zoneamento sem alteração das poligonais; afirmou que estava sendo alterada a
150 ocupação interna de duas zonas devido ao erro de mapeamento na época do Zoneamento, com

Leila Oliveira







151 recomendação de reavaliação desse plano e ampliação da área em sua totalidade. A conselheira
152 Mariana Mascarenhas colocou em votação; foram nove votos favoráveis e duas abstenções.
153 Processo nº 1420120000341 – manifestação da opção referente ao nível de licenciamento
154 estabelecido no Anexo Único, visando à publicidade de sua competência, município de
155 Caravelas, com pedido de alteração de nível, conselheira relatora Sueli Abad; apresentou voto
156 favorável a alteração para o nível 3; recomendou reestruturar a equipe técnica. A conselheira
157 Mariana Mascarenhas colocou em votação. Foi aprovado por unanimidade. Passou os informes:
158 publicação da lista de habilitação dos inscritos no processo de renovação do Cepram,
159 considerada parcial; disse que posteriormente será publicado uma lista complementar, tendo em
160 vista o recebimento de alguns documentos que estão sendo encaminhados a pedido da Secex;
161 falou que após o prazo da inscrição, apesar da entrega na data estabelecida; foi realizada sete
162 Conferências Territoriais, restam 13 que já estão agendadas; informou que a etapa Estadual
163 estava prevista para os dias 30 e 31 de julho, em Salvador. O conselheiro Emídio Souza
164 solicitou a relação de propostas dos municípios; solicitou do Inema realizar vistoria em Ipiaú,
165 por constatar 18 loteamentos, em áreas consideradas irregular. O conselheiro Josemário
166 Martins sugeriu que fosse enviada a Conferência Territorial do município de Jequié o material
167 gerado e aprovado durante a Conferência anterior, a pedido dos representantes do baixo e
168 médio de Jequié; informou que todo material que está sendo encaminhado pela Secex estava
169 sendo remetido aos Sindicatos do Interior para efeito de mobilização e participação; falou da
170 semana do Bioma Caatinga; informou que a Uneb estava promovendo um Seminário sobre o
171 tema “semi-árido sem miséria”; reiterou sugestão de discussão em pauta do Cepram sobre o
172 Estágio do Parque Nacional e Mosaico de Unidade de Conservação do Boqueirão da Onça e a
173 questão da convivência com o Semi-árido, no qual foi sugerido convidar dois representantes
174 do ICMBIO, o analista Nelson Ionca ou o Diretor Nacional de UC's do ICMBIO de Brasília, o
175 Sr. Ricardo Suavisk. O conselheiro Ailton Araujo informou que o Ministério de Meio
176 Ambiente - MMA realizará no dia 8 de maio uma Oficina Setorial para construção de subsídios
177 do Projeto Rio + 20; disse que as contribuições dos Movimentos Sindical apresentadas pelo
178 Estado da Bahia foram enviadas através de três representantes da CTB-Ba. Sem mais nada a ser
179 discutido, a sessão foi encerrada. Eu, Eliuda Soares lavro esta Ata que vai assinada por mim e
180 os demais membros integrantes deste Conselho. Salvador, 27 de abril de 2012.

181 **Presidente em exercício:** Mariana Mascarenhas

182

183 **Secretária Executiva:**

184 **Membros:**

185 Ailton Araujo – CTB

186 Ailton Araujo – CTB

187 Ana Maria de Lima Santos – Scinfra

188 Ana Paula Meira – Sedur

189 Emídio Souza – Papamel

190 Guilherme Moura – Fach

191 Irundi Edelweiss – Fieb

192 José Augusto Saraiva – Germen

193 José Roberto Celestino – Sinaenco

194 Josemário Martins – Stri

195 Leila Oliveira – Abre

196 Luiz Galvão – Sindbrita

197 Reinaldo Dantas – Setur

198 Rubens Sampaio – Gambá

199 Sergio Bastos – Sinpeq

Emiliano Santiago - ABES

Sergio Oliveira

- 200 Sueli Abad – Ascae
201 **Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais:**
202 Marília Gavazza
203 Clarice Xavier

